

ARI PEDRO ORO

RELIGIOES NÃO-CATOLICAS E POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL

XXII Reunião Brasileira de Antropologia.
Fórum de Pesquisa 23: "Venturas e Aventuras
Religiosas"

BRASÍLIA

Julho de 2000

O objetivo deste texto é analisar a participação do pentecostalismo na vida política do sul do Brasil. Mais especificamente, após um breve histórico da implantação dessa religião no Estado mais meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul¹, ver-se-á quais são as principais igrejas que tem tido ali maior participação política, quais são as justificativas e os significados agregados a tal participação e qual é a incidência da participação política pentecostal nos imaginários político e religioso da região².

1. O PENTECOSTALISMO NO SUL DO BRASIL

O Rio Grande do Sul foi colonizado a partir do século XVII pelos portugueses, tornando-se território de uma sociedade pastoril até o início do século XIX quando começou a receber uma significativa onda de imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos³, os quais desencadearam o surgimento de importantes regiões agrícolas e ultimamente industriais.

Do ponto de vista religioso institucional, esta região, como de resto todo o Brasil, foi historicamente objeto de ação missionária católica⁴ até a vinda dos imigrantes alemães, em 1824, que implantaram ali as primeiras comunidades luteranas do Brasil⁵. Até o ano de 1845, a maioria dos imigrantes alemães provieram de regiões da Alemanha onde predominava a confissão evangélica. Nos anos posteriores predominaram imigrantes alemães católicos. En fin de compte, os

1 O Rio Grande do Sul situa-se no extremo sul do Brasil e faz fronteira com o Uruguai e a Argentina. Sua população atual é de aproximadamente 10 milhões de habitantes e sua área de 282.062 km².

O Estado integra a área cultural do "sul", a qual, segundo O. F. Leal, extrapola a região sul do Brasil (formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e alcança os países do Prata (Argentina e Uruguai), onde vigora uma identidade social específica, um sistema de valores e uma ordem social próprios (O. F. Leal. "Do etnografado ao etnografável: "O Sul" como área cultural". In: Horizontes Antropológicos. N. 7, Porto Alegre, UFRGS, 1997:201-214).

2 Os dados resultam fundamentalmente de observações de espaços culturais, de entrevistas com líderes e membros de igrejas pentecostais, e de leitura de presse, evangélique et ordinária.

3 Os alemães chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824. Desta data até 1914, 48.037 immigrants y sont arrivés. De 1919 à 1939, 18.079 autres Allemands et Autrichiens ont débarqué dans la région (J. Roche. La Colonisation allemande et le Rio Grande do Sul. Paris, IEHAL, 1959:78).

Les immigrants Italiens sont arrivés dans la région à partir de 1875 et la dernière vague a débarqué en 1914. Dans cette période, entre 70.000 et 100.000 Italiens se sont établis dans le Rio Grande do Sul (O. Manfroi. Emigration et identification culturelle. La colonisation italienne au Rio Grande do Sul, 1875-1910. Paris, 1972. Thèse de Doctorat de 3ème cycle, soutenue à l'Université de Paris V).

4 O catolicismo tornou-se tão importante na região que, sobretudo as regiões de colonização italiana e alemã exportavam, até poucos anos atrás, padres e freiras para o resto do país. Sua importância para a construção da igreja católica brasileira é tal que um autor chega a dizer que os Estados do Sul "tornaram-se o chão privilegiado de onde brotou a atual igreja brasileira" (Cf. J. O. Beozzo. "Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930)". In: R. Azzi (org). *A vida religiosa no Brasil; enfoques históricos*. São Paulo, Paulinas, 1986:116).

5 Embora, naquele ano, imigrantes alemães, acompanhados de pastores, também tenham se instalado em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Ali, porém, não lograram formar comunidades socio-religiosas como ocorreu no Rio Grande do Sul.

historiadores concluem que houve uma divisão mais ou menos equitativa, a metade dos imigrantes alemães sendo católicos e outro tanto evangélicos⁶.

O luteranismo foi, portanto, a primeira expressão evangélica implantada no Rio Grande do Sul e mesmo no sul do Brasil. Trata-se da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Em 1904 foi fundada neste Estado, também no âmbito da etnia germânica, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, ligada ao Sínodo de Missouri. Até hoje esta última é ligada aos Estados Unidos enquanto a anterior o é à Alemanha.

Com o passar dos anos outras denominações evangélicas “históricas” se implantaram no sul do Brasil como as igrejas Metodista, Presbiteriana e Batistas.

O pentecostalismo chegou ao extremo sul do Brasil há exatamente 100 anos após o ingresso do luteranismo na região e 14 anos após sua implantação em solo brasileiro. A primeira denominação pentecostal chegada no sul foi a Assembléia de Deus e tal como ocorreu com o seu nascedouro em Belem do Pará, no ano de 1911, foi trazida por suecos vindos diretamente da Suécia⁷. Com efeito, em abril de 1924 o pastor Gustaf Nordlund e esposa fundaram a primeira igreja pentecostal na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Hoje é a maior denominação pentecostal no sul, com cerca de 300.000 membros, como de resto em todo o Brasil, onde possui aproximadamente 2 milhões de fiéis. No sul, os pastores suecos estiveram à frente desta igreja até 1998 quando a presidência foi assumida por um pastor brasileiro⁸.

Com o passar dos anos outras denominações pentecostais se implantaram no sul do Brasil. Assim a Congregação Cristã do Brasil - a primeira igreja pentecostal instalada no Brasil, mais precisamente em São Paulo em 1910 - chegou ao sul em 1936 trazida por fiéis venus de São Paulo. A Igreja do Evangelho Quadrangular, organizada no Brasil em 1951, se estruturou no sul no final da década de 60. A igreja Deus é Amor, fundada em São Paulo em 1962, se estabeleceu no sul em 1964. A Universal do Reino de Deus, fundada no Rio de Janeiro em 1977, abriu seu primeiro templo na região meridional em 1984.

Alem das igrejas referidas, o pentecostalismo ainda conta no sul do Brasil com a presença das igrejas batistas renovadas (Convenção Batista Nacional e Convenção Batista Independente) e com uma série de igrejas menores, muitas delas surgidas na

⁶ C. H. Hunsche. *Protestantismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, Editora Sinodal, 1983.

⁷ De fato, foram os pastores suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren que, vindo dos Estados Unidos, ergueram as primeiras igrejas Assembléias de Deus no Brasil, em Belem do Pará, em 1911.

própria região sul⁹. Todas estas igrejas, evidentemente, formam um conjunto diverso e heterogêneo.

Como se vê, na atualidade, as mais importantes igrejas pentecostais existentes no Brasil se fazem presente também no sul, em todas as suas micro-regiões, e nas cidades dos mais diversos portes. O pentecostalismo constitui uma opção sobretudo dos pobres, embora algumas igrejas, como a Universal e as batistas, atraíam também indivíduos de outras camadas sociais.

Da mesma forma como ocorre no resto do Brasil, também no sul os evangélicos alcançam hoje cerca de 15% do total da população. E, também de forma recorrente ao resto do Brasil, no sul cerca de 70% dos evangélicos se declaram membros de uma denominação pentecostal. De sorte que se até alguns anos atrás no sul, em razão da importante imigração alemã, o protestantismo histórico prevalecia, hoje é o pentecostalismo que abriga o maior número de membros e igrejas evangélicas¹⁰.

2. PRESENÇA DO PENTECOSTALISMO NA POLÍTICA

No sul do Brasil, como em outros lugares, o pentecostalismo não mantém uma posição unívoca em relação à esfera pública e, mais particularmente, ao campo político. Mesmo assim, de uma forma geral, pode-se dizer que se até a década de 60 prevaleceu um distanciamento da sociedade e da política, uma acomodação à sociedade capitalista e uma aproximação com a política passou a ocorrer sobretudo na década de 1980 - com o retorno da democracia, em 1985, e a instalação da Assembléia Constituinte, em 1986 – aproximação esta que se aprofundou nas eleições ocorridas desde então, seja a nível regional ou nacional¹¹.

⁸ Ao primeiro casal sueco sucedeu outro, o pastor Nils Taranger e esposa Mary, que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1946 e que estiveram à frente da Assembléia de Deus do Estado até dois anos atrás.

⁹ Menciono, a título de exemplo, o nome das mais importantes delas: Igreja Evangélica Pentecostal Cristã, Igreja Evangélica Cruzada Pentecostal Brasileira, Igreja Evangélica Pentecostal do Ministério da Última Hora, Igreja Missionária Jesus é o Caminho, Igreja Evangélica Pentecostal do Deus Vivo, Igreja Evangélica Pentecostal Porta da Fé, Igreja Pentecostal Luz da Verdade, Igreja Evangélica Pentecostal Ceifeiros da Última Hora, Igreja Evangélica Pentecostal Jesus é o Poder.

¹⁰ A. P. Oro. Avanço pentecostal e reação católica. Petrópolis, Ed. Vozes, 1996.

¹¹ De fato, no Brasil, em abril de 1985 “les dirigeants pentecotistes décidèrent d’entrer dans la campagne électorale pour l’Assemblée constituante et ont élus 17 députés, dont 13 de l’Assemblée de Deus”. Junto com mais 16 deputados pertencentes ao “protestantismo histórico” fundaram a “bancada evangélica” que se constituiu na “troisième force de coalition au sein de l’assemblée après les deux principaux partis politiques” (J. P. Bastian. Le Protestantisme en Amérique Latine. Une approche socio-historique. Genève, Labor et Fides, 1994:242). Ainda segundo J. P. Bastian, “la montée politique des pentecotistes se confirma lors des élections municipales de 1988, où ils se présentèrent massivement. La première élection présidentielle directe depuis le début de la dictature militaire, en 1989, et les élections législatives, en 1992, ont confirmé l’importance politique des pentecotistes”.

No seu conjunto, no Brasil, nas últimas eleições gerais de 1998, os evangélicos deram uma demonstração de sua força política ao elegerem a maior “bancada evangélica” da história do país com 42 deputados federais, dos quais 27 são pentecostais. Contribuiu decididamente para o aumento da bancada a progressão da Igreja Universal que detinha 6 deputados em 1994 e que agora alcançou o número de 17.

No sul, mais particularmente no estado do Rio Grande do Sul, os evangélicos também ingressaram na política na década de 80 através da Assembléia de Deus que elegeu pessoas de suas fileiras para camara de vereadores de muitos municípios, bem como para a assembléia legislativa e mesmo para a camara federal. Para esta última, elegeu, em 1986, o evangelista Joao de Deus Antunes, para a Assembléia Constituinte, que concorreu pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), um partido de esquerda. Joao de Deus reelegeu-se em 1990 mas não se reelegeu em 1994, pois foi desgastado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito que o acusou de desviar subvenções sociais. Concorreu novamente, sem sucesso, em 1998, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um partido de direita.

Nas últimas eleições gerais de 1998, no Rio Grande do Sul 26 evangélicos buscaram uma vaga na Assembléia Legislativa ou no Congresso Nacional e uma dobradinha sonhou em chegar ao governo estadual. Afinal, segundo Zero Hora, o maior jornal do Rio Grande do Sul, a potencialidade eleitoral evangélica no Estado não é nada desprezível: 14% do eleitorado é evangélico¹². Por isso mesmo, nenhum grande partido político se desinteressou por esta importante fatia do eleitorado¹³. De fato, hoje, neste estado, como no resto do Brasil, a importância política dos grupos religiosos, notadamente dos pentecostais, seria tanta que, segundo J. Burity, os partidos e candidatos que não os levarem em consideração correm sério risco de se complicarem ou inviabilizarem eleitoralmente¹⁴.

A metade dos candidatos evangélicos das últimas eleições, no Rio Grande do Sul, pertencia à Assembléia de Deus. Mas, oficialmente esta igreja só apoiou 3 candidatos, 2 a deputado estadual e 1 a federal. O candidato a federal não foi eleito pois concorreram com ele mais outros 5 assembléianos, nenhum deles tendo se elegido. Juntos, os seis candidatos da Assembléia de Deus somaram 54.848 votos, ou

¹² Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 8/09/1998.

¹³ Eram 19 os partidos que apresentaram candidatos às diversas esferas políticas nas últimas eleições. Os candidatos evangélicos concorreram por 8 partidos.

¹⁴ J. Burity. *Identidade e Política no Campo Religioso*. Recife, IPESPE, Editora Universitária/UFPE, 1997:46.

seja, votos suficientes para eleger somente 1 deputado¹⁵. Do total de 10 candidatos evangélicos à Câmara Federal somente 1 foi eleito, um pastor da Igreja Universal, que concorreu pelo PTB e que conseguiu 70.983 votos, tendo sido o mais votado do seu partido.

Nas mencionadas eleições concorreram para a Assembleia Legislativa 13 candidatos evangélicos, a metade deles sendo, também, da Assembleia de Deus. Dos 6 que se apresentaram por esta denominação 2 foram eleitos, o pastor e advogado Edmar Vargas, e o evangelista e médico Eliseu Santos, ambos apoiados pela cúpula da igreja. Os demais que se elegeram foram 1 da Universal (pastor Paulo Moreira) e 1 da Igreja Quadrangular (pastor e advogado Manoel Maria). Hoje são, portanto, 4 os deputados pentecostais, todos do mesmo partido de direita, o PTB, que integram a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Além deles, 1 deputado luterano - da IELB - (Onix Lorenzoni, eleito por outro partido de direita, o Partido da Frente Liberal, PFL), compõe o conjunto dos evangélicos na Assembleia desse Estado¹⁶. São, portanto, 5 evangélicos, entre os 55 deputados que compõem o total de membros da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Tal como ocorreu a nível federal, também a nível estadual o pastor candidato da Igreja Universal obteve a maior votação entre os evangélicos eleitos com 60.474 votos. Isto, porém, não consistiu num fato isolado e nem se deu por acaso.

Com efeito, nas eleições de 1998, a nível nacional, a Igreja Universal “apoiou 28 candidatos a deputado federal e 39 candidatos a deputado estadual, e desse total 43 foram eleitos: 17 federais e 26 estaduais em 17 estados e no Distrito Federal”¹⁷. Com tal representatividade política, a Universal consolida-se hoje como uma força política na sociedade brasileira equivalente aos partidos médios.

O sucesso eleitoral da Universal resulta de algumas estratégias postas em prática. A igreja adotou a “candidatura oficial”. Para tanto, em 1997 realizou um “recenseamento” dos membros da igreja com inclusão de dados eleitorais. Dessa forma, os dirigentes puderam ter uma noção exata da potencialidade eleitoral da Igreja em cada região do país e baseados nela lançaram seus candidatos¹⁸. Além disso, no

¹⁵ Por isso mesmo, a cúpula dirigente da Assembleia de Deus do Estado, reunida no final do mês de outubro de 1999 na cidade de Ijuí, RS, já decidiu em começar a preparar a candidatura de somente um candidato da igreja a nível federal para as próximas eleições de 2002. Visam, também, reduzir o número de candidatos da igreja a nível estadual para concentrar mais os votos dos fiéis e assim eleger seus candidatos.

¹⁶ Com exceção do deputado eleito pela Universal, todos os demais evangélicos foram re-eleitos em seus mandatos em 1998, o que revela que possuem um eleitorado relativamente cativo.

¹⁷ A. B. Fonseca. “A maior bancada evangélica”. In: *Tempo e Presença*, N. 302, nov/dez 1998:20.

¹⁸ No Rio Grande do Sul a Universal apresentou somente 1 candidato a deputado estadual e 1 a deputado federal. Como vimos, ambos foram eleitos.

período que antecedeu a eleição aproveitaram sistematicamente os cultos, as grandes concentrações religiosas, e os seus veículos de comunicação (televisão, rádios, jornal, revista) para divulgar seus candidatos. Dessa forma, a Universal conseguiu manter o “voto fiel” pois 95% dos seus membros votaram em candidatos da própria igreja, que foram majoritariamente seus pastores e bispos¹⁹.

Tanto a nível regional quanto nacional os candidatos pentecostais concorreram pelos partidos de direita. Isto não significa, porém, que sua atuação política seja sempre ditada por tendências conservadoras e de apoio ao governo. É digno de nota, por exemplo, que o Bispo Rodrigues, da Universal, líder da atual bancada evangélica em Brasília, disse ao jornal Folha Universal, em agosto de 1999, que “a posição da bancada em relação ao Governo será bem mais crítica neste semestre. Vamos votar contra o governo”.

Na prática, porém, as coisas não se passaram bem assim. Seja como for, como refere A. Corten, “os pentecostais não se situam mais à direita do que a média da população”²⁰. E o alinhamento pentecostal com a tendência política conservadora resulta mais de uma particular situação histórica do que de uma essência petrificada da mensagem pentecostal²¹. Em outras palavras, o predomínio histórico das opções conservadoras reflete menos uma condição substancial do pentecostalismo e mais o fato de que os conservadores encontram mais rapidamente as chaves da subjetividade política que o pentecostalismo promove²².

3. REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS E POLÍTICA

Hoje, no Rio Grande do Sul, e no Brasil como um todo, a Universal é o modelo mais avançado da participação pentecostal no espaço político, seguido da Assembléia de Deus e de outras igrejas menores. Até certo ponto, essa participação foi preparada com o ingresso dessas igrejas no trabalho assistencial, filantrópico, atuando em albergues, abrigos, creches, asilos, distribuindo alimentos e agasalhos. Tais obras, como observa A. Corten, “permitem-lhes constituir uma base eleitoral”²³. Ao mesmo

¹⁹ R. C. Fernandes. Novo Nascimento. Os evangélicos em Casa, na Igreja e na Política. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.

²⁰ A. Corten. Os pobres e o Espírito Santo. O Pentecostalismo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1996:27.

²¹ D. Lehmann. Struggle for the Spirit. Religious Transformation and Popular Culture in Brazil and Latin America. Cambridge, Polity Press, 1996.

²² A. P. Oro & P. Semán. “Os Pentecostalismos nos países do Cone-Sul: panorama e estudos”. In: Religião e Sociedade. V. 18, N. 2, 1997:143.

²³ A. Corten. “Pentecôtisme et politique en Amérique latine”. In: Problèmes d’Amérique Latine. N. 24, janeiro 1997:29. Neste texto este autor denomina de “neo-clientelismo” o fenômeno de instrumentalização da vida política por parte do pentecostalismo, no sentido de que contrairement au clientélisme, les réseaux ne se développent pas sur une ligne verticale.

tempo, as mesmas denominações, em graus variados, ingressaram na mídia eletrônica e impressa, constituindo-se também, de certo modo, em etapa precedente à entrada na política, propriamente dita.

Em todas estas incursões, especialmente no caso da Igreja Universal, está implicada uma mudança do padrão de ação tradicional das igrejas pentecostais ao consubstanciar uma nova capacidade criadora de vontade política. Ela não se apóia numa posição estrutural, nem segue, explicitamente, tradições políticas antigas. A Universal cria, a seu modo, um ator político religioso que intervém na sociedade a partir de recursos materiais mas, também, a partir de uma legitimidade que se enraíza na religião e que se desloca para a política mudando assim as divisões tradicionais entre uma e outra esfera. Aqui radica uma diferença em relação às tendências a uma participação política corporativa. Enquanto estas últimas tendem a favorecer a categoria dos evangélicos²⁴ a Universal tende a falar à sociedade propondo-lhe um projeto onde se atualizam os valores religiosos e sociais que ela faz convergir na sua ideologia.

No nível simbólico a atuação pentecostal, mormente da Universal, em relação à esfera pública e política acontece em três dimensões.

Em primeiro lugar, todas acionam idéias milenaristas ao preconizar o estabelecimento futuro de um Brasil evangélico, ou seja, uma nova sociedade, regida por uma nova moral pública, a condição, porém, de que haja uma efetiva participação na política de “pessoas de bem, tementes a Deus”²⁵ e de que os estados e mesmo a nação brasileira sejam governados por evangélicos²⁶. Neste sentido, quanto mais a imprensa nacional noticia esquemas de corrupção e desvio de verbas públicas envolvendo políticos, dos Estados e da Câmara Federal em Brasília, mais aquelas

²⁴ Por exemplo, a Assembléia de Deus justifica seu ingresso na política em razão da necessidade de colocar “homens de fé, homens de bem, candidatos de fé, na linha de frente da política”. Tais foram as expressões reiteradas vezes repetidas no interior dos templos dessa denominação no período que antecedeu as eleições de 1998.

Igualmente, em sua campanha eleitoral os candidatos desta igreja recorriam reiteradamente ao capítulo 144, versículo 15, dos Salmos que diz: “Heureux le peuple dont Jahvé est le Dieu!”. E é visando a que isto de fato ocorra no Brasil que a Assembléia de Deus se lança na política.

²⁵ Em depoimento ao jornal Folha Universal, edição N. 384, de 22-28/08/1999, o pastor deputado estadual do Rio Grande do Sul Paulo Moreira afirmou: “mais feliz seria o nosso país se os governantes obedecessem aos ensinamentos que há quase dois mil anos foram entregues à humanidade”

²⁶ Por exemplo, o jornal Folha Universal, edição N. 396, de 16/11/99, em matéria em que relata um jantar que reuniu vários deputados evangélicos com o governador do Rio de Janeiro, afirma: “Os deputados deixaram transparecer o desejo (...) unânime de que os políticos cristãos possam se transformar em símbolos nacionais, demonstrando que o “Povo de Deus” tem condições não só de governar o Estado, mas todo o país”.

igrejas enfatizam a necessidade de se fazer presente nesse meio para moralizá-lo e, dessa forma, contribuir para a instalação de uma nova ordem social²⁷.

De fato, a corrupção não é um tema menor nas atuais possibilidades políticas dos evangélicos. Através dele, constroem e apresentam à sociedade uma expectativa de mudanças fundamentais. Ou seja, para eles, os motivos nacionalistas, desenvolvimentistas ou democráticos de outras décadas têm sido substituídos pelas reclamações de transparência que fazem da corrupção o principal inimigo do bem estar dos cidadãos. É aqui que as igrejas evangélicas conseguem mobilizar a sua marca de prestígio que tanto no interior como no exterior delas é atribuída aos crentes: "eles não roubam; são honestos". Essa marca cumpre uma dupla função: de um lado, representa uma motivação para a própria mobilização política evangélico-pentecostal; de outro, cumpre uma função eleitoral capaz de galvanizar o voto dos cidadãos evangélicos²⁸.

A luta contra a corrupção influi nas possibilidades de sucesso eleitoral dos pentecostais num segundo sentido. A corrupção, sinônimo de desgarramento do tecido social a partir do não cumprimento de uma obrigação, cristaliza a antítese dos princípios cristãos de valorização da comunidade, do bem comum, da fraternidade, e justifica a politização dos pentecostais muito mais do que qualquer outra causa (de classe, de nação, de cor, minoria). Assim sendo, se, no Brasil, existe uma cultura bíblica, e se o catolicismo difundido na sociedade é abrangente e envolvente, como afirma Sanchis²⁹, é possível entender que os pentecostais, ao intervirem na política, agem mobilizando esse fundo cultural.

27 Este sentimento foi sobejamente reforçado no meio pentecostal sobretudo no final do ano de 1999 quando estavam em atuação no Congresso Nacional três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que investigavam o sistema financeiro, o sistema judiciário e o narcotráfico. Sobretudo esta última investigava um esquema nacional que envolvia políticos em distintos níveis, de prefeitos a senadores da república. Por conta desta investigação, a Câmara Federal já havia expulso um deputado federal e outros estavam a caminho. É digno de nota que três deputados evangélicos participam da CPI do narcotráfico, um deles ocupando mesmo a presidência da CPI: o deputado da Assembléia de Deus Magno Malta, do PTB do Estado do Espírito Santo. Em depoimento ao jornal Folha Universal, da Igreja Universal, o deputado Malta disse que "ter sido indicado para presidir a comissão foi uma engenharia de Deus, pois estava no Congresso Nacional há apenas 90 dias quando isso aconteceu" (Folha Universal, 16/11/1999). Vale ainda registrar que segundo pesquisa mundial realizada junto a empresários em 1999 pela organização Transparency International, o Brasil ocupa o 45o lugar, ou seja, situa-se entre os mais corruptos do mundo. Segundo a entidade, perde para Peru, Hungria, Namíbia e Botsuana (Revista Veja, 3/11/1999, p. 65).

28 Estas são questões imaginárias que na sua discutibilidade fáctica não fazem mais do que mostrar a força do imaginário. Em primeiro lugar, pode-se dicutar empiricamente que o empobrecimento dos setores de baixa renda devem à corrupção a sua causa única. Mas, o importante é que se acusa os políticos de serem responsáveis da corrupção. Em segundo lugar, é preciso saber que nas suas primeiras participações no legislativo os evangélicos foram parte de casos de corrupção. O importante não é porém esse dado mas antes que a associação fe evangélica e moralidade não ficou abalada. Ao contrário, foi reforçada.

²⁹ P. Sanchis. "O campo religioso contemporâneo no Brasil". In: A. P. ORO e C. A. STEIL. *Globalização e religião*. Petropolis, Vozes, 1996.

Neste contexto se compreende o valor de um segundo elemento do simbolismo político religioso das igrejas pentecostais. A batalha da moralização é também uma batalha espiritual que abre espaço para um discurso que apela diretamente para “forças invisíveis” na prática política. Assim, a Universal, por exemplo, além das estratégias de prática política acima mencionadas, traz para o campo político a mesma ideologia da demonização que constitui o eixo a partir do qual é construído o universo simbólico desta igreja. De fato, nela “o diabo não é somente a antítese (o arquiinimigo) de Deus. Ele é a encarnação do Mal, uma presença constante (e ameaçadora) na vida e no cotidiano das pessoas”³⁰. Consequentemente, segundo a visão desta igreja, os demônios são os causadores de todos os males e problemas³¹. Há, no dizer dos seus pastores, o demônio da doença, do desemprego, do analfabetismo, da pobreza, da inflação, da corrupção, etc, bem como o demônio da política. Por isso, nas vésperas das eleições de outubro de 1998, nos templos da Universal os pastores ensinavam os fiéis a votar em seus candidatos e não nos “candidatos do demônio” e repetiam frases como estas: “Temos de eleger gente de bem com Deus. Não podemos deixar que sejam eleitos cachaceiros, macumbeiros. Isto é coisa do diabo. Vamos pisar na cabeça do diabo”.

Este apelo às forças invisíveis não decorre de um esgotamento da racionalidade política. Ele resulta, antes, de uma continuidade e um diálogo que a Universal e o pentecostalismo realizam com o universo religioso dominante junto às camadas populares brasileiras (e latino-americanas), portadoras que são, no dizer de L. F. D. Duarte, de uma mentalidade cosmológica. Esta, por um lado, supõe a “íntima conexão entre os planos da Pessoa, da Natureza e da Sobrenatureza”³² e, por outro, afirma o sagrado como o fundamento do social³³.

Este apelo às forças invisíveis integrantes da mentalidade popular é frequentemente ignorado quando se supõem níveis de extensão da cidadania, que, por mais desejáveis que sejam, não são reais.

³⁰ M. N. Barros. A batalha do Armagedom. Uma análise do repertório mágico-religioso proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1995:146.

³¹ Nesta igreja os demônios são geralmente nominados e identificados com as entidades das religiões afro-brasileiras (Candomblé, Batuque, Macumba), ou seja, os orixas, exus, pombagiras, pretos-velhos.

³² L. F. D. Duarte. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1986:248.

³³ Esse universo de representações simbólicas, on le sait, fut construit au fil de l'histoire par des apports venus des horizons culturels différents à savoir la religiosité apportée par les esclaves africains, la religiosité des groupes sociaux autochtones, les indiens, et la religiosité catholique apportée par les colonisateurs portugais et espagnols. Cette religiosité se exprime surtout dans les religions populaires (afro-brasileiras, espíritas, catolicismo popular), bem como em movimentos messiânico-mileranistas (Canudos, Contestado, Muckers, Padre Cícero) que eclodiram ao longo da história do Brasil.

É em função desta estrutura ideológica que pode-se propor, com alguma segurança, que o ato de votar assume na Igreja Universal um sentido quase religioso pois consiste no exorcismo do demonio presente na política para tornar-se espaço sagrado ocupado por pessoas tementes a Deus.

Em terceiro lugar, e vinculado tanto ao sentido milenarista como espiritual da política, a Igreja Universal ocupa um lugar ao qual os brasileiros, formados na cultura cristã, são sensíveis. O ideário de moralidade, responsabilidade social e prosperidade vigente nesta igreja não constitui um motivo político de conjuntura. Constitui, antes, uma posição profética no sentido de assumir a tarefa de conduzir um povo a um horizonte (pouco importa se esse horizonte possa ser discutido a partir de outra perspectiva política). E isto ocorre não em cima de uma pessoa, de um único líder, mas de uma igreja, que torna-se também instrumento político e que se mostra tao atuante e efetiva nesse plano como no espiritual. A esse respeito são interessantes algumas das transformações acontecidas nos últimos tempos no jornal que expressa a palavra oficial da Igreja Universal³⁴. Nele os temas políticos tem ganhado não só volume mas, também, centralidade. Em determinadas edições do jornal, as matérias políticas ocupam tanto espaço quanto o anuncio de libertações e curas e as atividades dos deputados evangélicos em geral, e da Universal em particular, são destacadas num grau que dá conta do privilegio com que a atividade política tem se integrado ao projeto da igreja.

Repito que os três aspectos acima abordados revelam que a Universal, bem como outras igrejas pentecostais e neopentecostais que atuam na política brasileira, mobilizam crenças e cosmovisões que estão fortemente arraigadas no universo simbólico de parcelas significativas da sociedade brasileira. Conseguem alinhar-se e conectar-se de tal forma com essas crenças que, segundo um autor, o pentecostalismo, que é de origem estrangeira, pode ser hoje considerado uma religião brasileira³⁵. Se assim for, pode-se entender que esse pentecostalismo está também destinado a ocupar um espaço político na atual sociedade brasileira.

Para concluir este ponto é necessário acrescentar dois outros dados. Em primeiro lugar, às razões simbólicas implicadas no ingresso dos pentecostais na política, devemos também acrescentar razões práticas, ou seja, trata-se de uma atividade que não ocorre desvinculada de interesses e vantagens institucionais,

³⁴ Trata-se do jornal Folha Universal com tiragem mensal de 1.300.000 exemplares.

³⁵ R. C. Fernandes. *Novo Nascimento...* 1998.

sobretudo no tocante à obtenção de verbas para entidades e assistência sociais e à concessão de emissoras de rádio e televisão³⁶.

Em segundo lugar, o ingresso na política dos evangélicos, sobretudo pentecostais, provocou reações de outras expressões religiosas que também passaram a atuar na política, revelando assim o caráter competitivo, e mesmo conflituoso, existentes entre elas. É o caso das religiões afro-brasileiras que também têm se mobilizado, embora sem sucesso, para elegerem seus representantes nos parlamentos. No Rio Grande do Sul ocorreu uma única eleição de 1 deputado umbandista, em 1960³⁷. Depois disto este segmento religioso não logrou mais eleger ninguém. Nas eleições gerais de 1990 as federações de religiões afro-brasileiras lançaram 3 candidatos a deputados. Nas últimas eleições, 1 pai-de-santo se apresentou como candidato a deputado estadual e obteve somente um terço dos votos que esperava receber³⁸. Seu discurso - bem como dos candidatos anteriores derrotados e de um atual que já está em campanha para a Câmara Municipal de Porto Alegre para as eleições do ano 2000 – baseou-se fundamentalmente em duas premissas: a) eleger alguém da própria religião para defender no parlamento seus interesses e b) mostrar à sociedade que também possuem força política semelhante ou superior à dos evangélicos. No entanto, diferentemente destes últimos, trata-se de uma força política fragmentada e dispersa, por enquanto inexitosa.

Também o catolicismo não permaneceu passivo diante do avanço evangélico na política. No âmbito mais geral, há dois anos o senador da república Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, propôs a formação de uma “bancada católica” na Câmara Federal, proposta que não foi levada adiante; a Renovação Carismática Católica tem se mobilizado para eleger a nível regional e nacional seus representantes³⁹. No Rio Grande do Sul, nas últimas eleições gerais, o arquiteto

³⁶ Por exemplo, nas eleições de 1998, a Universal negociou o seu apoio ao candidato Fernando Henrique Cardoso em troca de verbas para sua ação social (Folha de São Paulo, 26/07/1998, p.11).

Segundo a legislação brasileira, as emissoras de rádio e de televisão constituem uma concessão do Estado, com validade de 10 anos para as rádios e de 15 anos para as televisões, passíveis de renovação. Não é por acaso que no Brasil as igrejas evangélicas que possuem mais concessões de rádio e televisão são também as que possuem mais representatividade política, ou seja, a Universal e a Assembléia de Deus. A primeira está à frente de 20 emissoras de televisão e 50 de rádios. Já a Assembléia de Deus possui 3 concessões de televisão no norte do Brasil.

³⁷ De fato, naquele ano Moab Caldas foi eleito pela legenda do Partido Trabalhista Brasileira. Reeleito em 1964, foi caçado em 1968 pelo regime militar.

³⁸ Talvez o fracasso político das religiões afro-brasileiras deva-se ao fato de que não há nelas um poder centralizador, uma hierarquia religiosa, como em outras religiões. Nelas, cada pai-de-santo é autônomo e auto-suficiente, o que provoca importante concorrência e competição entre eles que dificulta uniões e alianças, indispensáveis para o sucesso político.

³⁹ Conseguiu eleger 2 deputados federais nas últimas eleições, 1 pelo estado de Minas Gerais e outro pelo Distrito Federal, Brasília.

Percival Puggina concorreu, pelo partido de direita PPB, a deputado estadual apoiado pela Renovação, mas não conseguiu se eleger; já o padre católico Roque Grazziotim, lançado como candidato pelo Partido dos Trabalhadores, se elegeu deputado estadual. Ainda no sul do Brasil, no final do mês de novembro de 1999, o bispo-emérito de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Dom Boaventura Kloppenbourg propôs entusiasticamente a fundação de um partido político católico, “um partido, segundo ele, que ponha em prática a doutrina social da igreja”. Infere-se pelo seu discurso que sua motivação para tal proposta deriva da corrupção que crassa na política brasileira e, evidentemente, do sucesso crescente dos evangélicos nesta área⁴⁰.

O que precede permite afirmar que se, até o presente momento, os evangélicos-pentecostais tem tido pouca influencia direta no curso da política brasileira⁴¹, sua influencia maior ocorre indiretamente, através do estímulo para que outras expressões religiosas também nela ingressem, ainda que motivadas, em grande medida, por razões **competitivas** e **concorrenciais**. Mesmo assim, os evangélicos estariam ocupando o carro chefe de um comboio religioso que está invadindo a área política, e cujos efeitos poderão ser melhor avaliados nos próximos anos.

A nível nacional, se até as eleições de 1996 os carismáticos se candidatavam por diferentes partidos, a partir de 1997 passaram a se aglutinar no inexpressivo partido PSN: Partido da Solidariedade Nacional (J. Miranda, *Carisma, sociedade e política*. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1999).

⁴⁰ Nas décadas de 50 e 60 este bispo liderou uma campanha, verdadeira luta apologética, do catolicismo brasileiro contra o avanço do espiritismo e da umbanda que ocorria aliciando fiéis católicos.

⁴¹ Isto não significa, porém, que a política corporativa pentecostal não possa contribuir para o aprofundamento da democracia, sobretudo participativa, ou que não possa contribuir para transformar a base teológico-político do clientelismo, típico das sociedades latino-americanas. A primeira hipótese é defendida por exemplo por P. Freston (*Dilemas políticos do protestantismo latino-americano*. Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998); J. Burity (*Identidade e Política...* 1997) e a segunda por A. Corten (“Pentecôtisme et politique en Amérique latine”... 1997).

CONCLUSÃO

Vários autores já apontaram, com razão, que as relações entre os evangélicos e a política no Brasil não são unívocas mas tão diversas quantas são as tendências denominacionais⁴². Mesmo assim, o ingresso dos pentecostais, em particular, e de outros grupos religiosos, mais amplamente, na política brasileira, tem levantado um importante debate teórico que conduziu os analistas brasileiros a manterem posições antagônicas. Por um lado, há os que sustentam que no Brasil, e na moderna civilização ocidental, sobrou para a religião “a esfera privado-íntima”, ou seja, o espaço da subjetividade, sem interferir na cena política, que encontra legitimação em si mesma⁴³. Por outro lado, há autores que destacam a tensão existente entre imaginários políticos e religiosos. Assim, um autor percebe no Brasil contemporâneo “uma luta para ampliar a dimensão religiosa do espaço público”⁴⁴ e outro entende que o ingresso de denominações pentecostais na política produz “um arrefecimento da distinção entre religião e política”⁴⁵. Enfim, há autores, entre os quais nos situamos, que sustentam a tese de que no Brasil as “forças invisíveis” constituem um princípio estruturante da sociedade, alcançando também a esfera política. Neste sentido, um antropólogo, por exemplo, frisa que “o domínio do “sobrenatural” aparece como fundamental para compreender o sistema de representações da sociedade brasileira ou do sistema cultural propriamente dito”⁴⁶.

Vimos que a situação e o desenvolvimento atual da Universal parecem se adequar a esta última afirmação. Ela procura não só defender a presença dos evangélicos no mundo mas, sobretudo, universalizar e fazer circular apelos políticos que estão baseados em motivos religiosos. Na medida em que esse movimento tem sucesso, e efetivamente algum êxito resulta constatável, constitui um exemplo vivo da reconstrução de uma fronteira que as ideologias do século XIX tentaram instituir e que o século XX acreditou ter irreversivelmente instalado.

⁴² A. Corten. *Os pobres e o Espírito Santo...* 1996; “Pentecôtisme et politique en Amérique latine”... 1997. P. Freston. “Brother votes for brother: The new politics of Protestantism in Brazil”. In: D. Stoll & V. Garrard-Burnett (ed). *Rethinking Protestantism in Latin America*. Philadelphia, Temple University Press, 1993b; *Dilemas políticos...* 1998.

⁴³ A. F. Pierucci. “Reencantamento e dessecularização. A propósito do auto-engano em sociologia da religião”. In: *Novos Estudos. Cebrap*. N. 49. Nov. 1997:103.

⁴⁴ J. J. Carvalho. *Um espaço público encantado. Pluralidade Religiosa e Modernidade no Brasil*. In: *Série Antropologia, UNB*, N. 249, 1999:16.

⁴⁵ J. Burity. *Identidade e Política...* 1997:77.

⁴⁶ VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro, 1997:61.

Bibliografia

- BARROS, Mônica do Nascimento. A batalha do Armagedom. Uma análise do repertório mágico-religioso proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1995.
- BASTIAN, Jean-Pierre. Le Protestantisme en Amérique Latine. Une approche socio-historique. Genève, Labor et Fides, 1994.
- BEOZZO, J. O. "Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930)". In: R. AZZI (org). A vida religiosa no Brasil; enfoques históricos. São Paulo, Paulinas, 1986.
- BURITY, Joanildo. Identidade e Política no Campo Religioso. Recife, IPESPE, Editora Universitária/UFPE, 1997.
- CARVALHO. José Jorge de. Um espaço público encantado. Pluralidade Religiosa e Modernidade no Brasil. In: Série Antropologia, UNB, N. 249, 1999, 22 p.
- CORTEN, André. Os pobres e o Espírito Santo. O Pentecostalismo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CORTEN, André. "Pentecôtisme et politique en Amérique latine". In: Problèmes d'Amérique Latine. N. 24, jan-março 1997:17-32.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1986.
- FERNANDES, Rubem Cesar. Novo Nascimento. Os evangélicos em Casa, na Igreja e na Política. Rio de Janeiro, Mauad, 1998.
- FONSECA, Alexandre Brasil. "A maior bancada evangélica". In: Tempo e Presença, N. 302, nov/dez 1998:20-23.
- FRESTON, Paul. Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 1993a.
- FRESTON, Paul. "Brother votes for brother: The new politics of Protestantism in Brazil". In: D. Stoll & V. Garrard-Burnett (ed). Rethinking Protestantism in Latin America. Philadelphia, Temple University Press, 1993b:199-210.
- FRESTON, Paul. Dilemas políticos do protestantismo latino-americano. Trabalho apresentado nas VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosa na América Latina, São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.
- HUNSCHE, Carlos Henrique. Protestantismo no Sul do Brasil. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, Editora Sinodal, 1983.
- LEAL, Ondina Fachel. "Do etnografado ao etnografável: "O Sul" como área cultural". In: Horizontes Antropológicos. N. 7, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 1997:201-214.
- LEHMANN, David. Struggle for the Spirit. Religious Transformation and Popular Culture in Brazil and Latin America. Cambridge, Polity Press, 1996.

MANFROI, Olivio. Emigration et identification culturelle. La colonisation italienne au Rio Grande do Sul, 1875-1910. Paris 1972 (Thèse de Doctorat de 3ème cycle, soutenue à l'Université de Paris V).

MIRANDA, Julia. Carisma, sociedade e política. Rio de Janeiro, Relume/Dumará, 1999.

ORO, Ari Pedro. Avanço pentecostal e reação católica. Petrópolis, Ed. Vozes, 1996.

ORO, Ari Pedro & SEMÁN, Pablo. "Os Pentecostais nos países do Cone-Sul: panorama e estudos". In: *Religião e Sociedade*. V. 18, N. 2, 1997:127-150.

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Reencantamento e dessecularização. A propósito do auto-engano em sociologia da religião". In: *Novos Estudos*. Cebrap. N. 49. Nov. 1997:99-117.

ROCHE, Jean. La Colonisation allemande et le Rio Grande do Sul. Paris, IEHAL, 1959.

SANCHIS, Pierre. "O campo religioso contemporâneo no Brasil". In: A. P. ORO e C. A. STEIL. *Globalização e religião*. Petrópolis, Vozes, 1996:103-116.

VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose. Rio de Janeiro, 1997.

JORNAIS E REVISTAS

- Jornal Folha Universal, edições N. 394 (22 a 28 de agosto de 1999), N. 396 (14 a 20 de novembro de 1999).
- Jornal Folha de São Paulo, 26/07/1998
- Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 8/09/1998.
- Revista Veja, 3/11/1999.